



### Informação nº 23/16 – NFTI

**Processo nº:** 35268/2014-e  
**Anexo:** e-doc 2886E6E1-e<sup>1</sup> (Processo GDF - 084.000.204/2013)  
**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
**Assunto:** Licitação  
**Ementa:** Análise do Pregão Eletrônico nº. 16/2014 para formação de registro de preços para contratação de empresas com o objetivo de prover serviços técnicos e especializados em suporte técnico remoto e presencial com suporte especializado em sustentação de infraestrutura de TI e auditoria de serviços de TI para manter o pleno funcionamento do ambiente de tecnologia da informação da jurisdicionada. Decisão nº 3200/2015. Prosseguimento do certame. Recurso. Decisão nº 1286/2016. Admissibilidade. Manifestação das partes. Análise. Improcedência do recurso. Arquivamento.

Senhor Secretário de Acompanhamento,

Trata-se do Pregão Eletrônico nº 16/2014 – SEDF, lançado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, referente à formação de registro de preços para:

*“Contratação de Solução de Tecnologia da Informação com o objetivo de prover serviços técnicos e especializados em Suporte Técnico Remoto e Presencial com Suporte Especializado em Sustentação de Infraestrutura de TI e Auditoria de Serviços de TI para manter o pleno funcionamento do Ambiente de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, consoante as melhores práticas preconizadas na Instrução Normativa nº 4 de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – MPOG que trata da contratação de bens e serviços de TI.” (fl. 1549\*)*

---

<sup>1</sup> Esse e-doc será referenciado, quando aplicável, como um “\*” ao lado da numeração das folhas indicadas.



2. Após deliberação para prosseguimento do certame (Decisão nº 3200/15), ingressou nesta e. Corte de Contas representação da empresa Maciel Consultores S/S (e-doc 15BE5DF2-c), contra o resultado do lote 2 do aduzido pregão eletrônico, admitida por força da Decisão nº 1286/16, *in verbis*:

*“O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I – conhecer da representação apresentada pela empresa MACIEL CONSULTORES S/S (e-doc 15BE5DF2-c); II – deliberar acerca da cautelar pleiteada; III – conceder prazo de 5 (cinco) dias à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para apresentar os esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada; IV – oferecer prazo de 5 (cinco) dias à empresa M.I – Montreal Informática S.A. para se pronunciar acerca dos fatos apontados da referida representação; ...”*

3. Dessa forma, retornam os autos a este NFTI para exame do mérito da representação, em face das alegações apresentadas pela Secretaria de Estado de Educação (Ofício nº 568/16 – GAB/SE, e-doc FD274B2F-c) e da empresa Montreal Informática S.A. (e-doc E873817A-c), vencedora do lote 2, auditoria em serviços de TI, do Pregão nº 16/2014 – SEDF, pelo valor de R\$ 219.200,00<sup>2</sup>.

### **Representação da Maciel Consultores S/S**

4. Como sintetizado na Informação nº 47/2016 – DIACOMP4 (e-doc [27D7350E-e](#)), a representante insurge-se contra o:

*“1) Descumprimento dos itens 2 e 5.2 do Termo de Referência: alega que tanto o item 2 (fls. 75/76<sup>\*\*3</sup>) quanto o item 5.2 (fl. 89<sup>\*\*</sup>) deixam claro que a empresa participante do Lote 2 não poderia, em hipótese alguma, concorrer aos serviços dos demais lotes. Questiona resposta apresentada pelo Pregoeiro (fls. 68/71<sup>\*\*</sup>) à impugnação oferecida pela empresa Representante ao esclarecer que a intenção da regra disposta no edital seria afastar a possibilidade de que uma mesma empresa se sagrasse vencedora de qualquer outro lote, além do Lote 2. Desse modo, a representante entende que houve afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois mesmo os dispositivos citados do Termo de Referência deixarem claros que “a empresa participante do lote 02, não poderá em hipótese alguma, concorrer aos serviços dos demais lotes”, a referida empresa M.I. Montreal apresentou propostas para todos os 4 (quatro) lotes previstos na licitação.*

*2) Descumprimento do item 11.1.4.2: segundo a representante o referido item do edital (fl. 31<sup>\*\*</sup>) estabelece que, para o Lote 2, relativo ao serviço de auditoria, o licitante deveria*

<sup>2</sup> Ata do Pregão 16/2014 – SEDF, documento associado ao processo.

<sup>3</sup> A representação da empresa Maciel Consultores S/S (e-doc 15BE5DF2-c), quando aplicável, será referenciada como um “\*\*” ao lado da numeração das folhas indicadas.



*apresentar “atestado de capacidade técnica comprovando experiência na prestação de serviços de Auditoria de Serviços de TIC, envolvendo elaboração de relatórios contendo propostas para melhoria de serviços e procedimentos conforme modelo de referência ITIL e análise, classificação e controle de indicadores relativos aos serviços de TIC”. A representante informa que os documentos apresentados pela empresa M.I. Montreal se encontram perfeitos para as exigências de comprovação da capacidade técnica para os lotes 1, 3 e 4. Porém, insurge-se quanto à documentação apresentada pela referida empresa para o lote 2, alegando não haver nenhum atestado que comprovaria experiência em auditoria.”*

### **Manifestação da Secretaria de Estado de Educação**

5. A Secretaria de Estado de Educação, inicialmente, esclarece que tais questionamentos foram objeto de recurso administrativo (e-doc [FD274B2F-c](#), fl. 3) e que a conduta do pregoeiro buscou a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (e-doc [FD274B2F-c](#), fl. 4).

6. Especificamente, quanto ao questionamento do descumprimento dos itens 2 e 5.2 do termo de referência, informa que (e-doc [FD274B2F-c](#), fls. 5/6):

*“Quanto à questão trazida no item 02 do Termo de Referência, embora em seu primeiro entendimento, faz menção a empresa “participante”, no complemento do texto fica nítido que a intenção do setor Recorrente, ao elaborar seu Termo de Referência, era tão somente afastar a possibilidade da Secretaria de **CONTRATAR** (grifo nosso) empresa para auditar seus próprios serviços, caso a empresa vencedora do Lote 02, também fosse VENCEDORA dos demais lotes, fato esse que não aconteceu no pregão em comento.*

*Por repetidas vezes a aludida empresa se apegou ao princípio de vinculação ao edital, mas em algum momento a empresa, fez constar em suas peças recursais o dispositivo do item 03 do edital, que trata das condições de participação das licitantes interessadas, que em texto não traz qualquer proibição quanto a **PARTICIPAÇÃO** das empresas em quaisquer lotes do referido pregão.*

*...*

*Podemos até entender que o item 02 do Termo de Referência foi redigido de forma errônea pelo setor requisitante, contudo é de fácil constatação, perceptível à primeira vista, não carecendo de maior exame, que há um flagrante desacordo entre a vontade de setor requisitante e o fato trazido no texto. Conforme já mencionado, a vontade da Administração era tão somente **não CONTRATAR a mesma empresa, para auditar e realizar os outros serviços.***

*É certo que o rigorismo excessivo na condução das licitações, vem sendo mitigado, com fulcro em outros princípios, quais sejam, da proporcionalidade e razoabilidade, que também devem esgueirar a prática de toda atividade administrativa.*

*Destarte, obviamente que a existência de vícios relevantes, que maculem a essência da oferta, deve ensejar, de plano, sua desclassificação. No entanto, quando o erro for incapaz*



*de macular a essência da proposta, não prejudicando o interesse público ou a segurança do futuro contrato, não há razão para a rejeição da proposta. Ademais, as normas que permeiam os certames licitatórios devem, sempre que possível, serem interpretadas em favor da disputa entre os interessados e a obtenção da melhor proposta.” (grifos do original)*

7. Quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante vencedora, a jurisdicionada informa que promoveu diligências complementares para obter confirmação da prestação de serviços de auditoria de TI prestados pela empresa MI Montreal junto à Defensoria Pública da União (e-doc [FD274B2F-c](#), fl. 10).

8. A jurisdicionada complementa suas informações com os procedimentos adotados para o saneamento das questões apresentadas pela representante, em sede de recurso administrativo, relativas à qualificação econômico-financeira da licitante vencedora. Tais questões, como indicado acima (§ 4), não são objeto da representação apresentada a este e. TCDF, portanto, considera-se satisfatório o tratamento dado pela SEDF.

#### ***Manifestação da Montreal Informática S.A.***

9. A vencedora do certame, Montreal Informática S.A., se alinha com os argumentos apresentados pela Secretaria de Estado de Educação nos seguintes termos (e-doc E873817A-c):

*“Como se vê no termo no Item 2 do Anexo I - Termo de Referência, o edital não proíbe que uma empresa participe de todos os lotes. O que não é possível, de acordo com as regras do edital, é a "contratação de uma mesma empresa para os quatro lotes previstos neste processo, considerando que o lote 02 é relativo à avaliação da execução dos serviços prestados nos demais lotes*

*Portanto, o Ilustre Pregoeiro agiu corretamente e dentro da lei ao declarar a Representada MONTREAL vencedora do lote 02, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, preservando-se a isenção necessária à empresa que auditará os serviços das empresas contratadas para os demais lotes (01, 03 e 04).*

*...*

*Na realidade, a Representante transcreveu apenas uma parte do Item 2 do Anexo I - Termo de Referência, visando distorcer os fatos, sem a analisar o objetivo da norma prevista no instrumento convocatório (interpretação teleológica ou finalística).*

*Quanto ao suposto descumprimento ao Item 11.1.4.2, não assiste razão a Representante, visto que a Representada comprovou por meio de atestados de capacidade técnica a aptidão necessária à execução do objeto licitado, especialmente com a descrição dos*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NFTI

Fls.: 5  
Proc.: 35268/14-e

*serviços de Auditoria de serviços de TIC. Vejamos, por exemplo, o atestado de capacidade técnica emitido pela Defensoria Pública da União, datado de 14 de agosto de 2015."*

### Análise

10. Inicialmente, cumpre informar que o Pregão nº 16/2014 foi competitivo, vez que os valores contratados foram significativamente inferiores aos estimados, veja-se<sup>4</sup>:

Pregão nº 00016/2014 - SEDF				
Lote	Descrição	Estimado	Contratado	Redução
1	Serviços de Central de Suporte; Suporte Técnico Remoto Nível 1; Suporte Técnico Presencial Nível 2.	R\$ 5.149.401,36	R\$ 3.749.714,00	27,18%
2	Auditoria em Serviços de TI	R\$ 320.308,56	R\$ 219.200,00	31,57%
3	Suporte Especializado em Segurança da Informação, Suporte Especializado em Sustentação de Rede e Suporte Especializado em Sustentação de Servidores e Operação	R\$ 913.107,24	R\$ 544.306,57	40,39%
4	Suporte Especializado em Administração de Dados e Suporte Especializado em Administração de Banco de Dados	R\$ 474.179,90	R\$ 357.976,39	24,51%
Redução média				30,91%

11. Com relação à participação dos licitantes nos serviços de interesse da SEDF, verifica-se o seguinte quadro:

Pregão nº 00016/2014 - SEDF				
Licitantes no certame	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	Vencedor		Vencedor	x
HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	x	x	x	x
G&P PROJETOS E SISTEMAS S.A.	x		x	Vencedor
VTI SERVICOS, COMERCIO E PROJETOS DE MODERNIZACAO E GES	x	x	x	x
TELLUS S/A INFORMATICA E TELECOMUNICACOES	x			
M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A	x	Vencedor	x	x
LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA ME	x	x	x	x
CAST INFORMATICA S/A	x	x	x	x
INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA	x			
CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	x	x	x	x
CTIS TECNOLOGIA S.A	x		x	x
FRANK DE OLIVEIRA SOUZA & CIA LTDA ME	x			
ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	x			
ENGESOFTWARE TECNOLOGIA S/A	x		x	x
CONFIDERE INFORMATICA E SERVICOS LTDA EPP		x		
SPREAD TELEINFORMATICA LTDA		x	x	x
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA		x		
G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA EPP		x		
SYNAPSE BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA ME				x

<sup>4</sup> Ata do Pregão 16/2014 – SEDF, documento associado ao processo.



12. Observa-se, então, que as empresas vencedoras dos lotes 1, 3 e 4, não participaram ou concorreram ao lote 2 do certame, atendendo integralmente à segregação preconizada no item 2 do Termo de Referência, a saber:

*“Em observância aos lotes supracitados, a empresa participante do lote 02, não poderá, em hipótese alguma, concorrer aos serviços dos demais lotes. Da mesma forma, que as empresas participantes do lote 01, lote 03 e lote 04, não poderão concorrer ao lote 02. Tal fato se dá porque a CONTRATADA do lote 02 auditará os serviços da(s) empresa(s) CONTRATADA(S) para o lote 01, lote 03 e lote 04.*

*Não é possível a contratação de uma mesma empresa para os quatro lotes previstos neste processo, considerando que o lote 02 é relativo à avaliação da execução dos serviços prestados nos demais lotes. Desde já fica estabelecido que os serviços do lote 02, serão prestados por empresa distinta ao lote 01, lote 03 e lote 04, nos termos do Art. 6º da IN/SLTI nº. 04/2010.” (grifou-se)*

13. Adiante, no item 5.2 do Termo de Referência, há nova indicação da necessidade de separação dos papéis de execução e auditoria, nos seguintes termos:

*“A Auditoria dos serviços prestados no lote 01, lote 03 e lote 04 deverá ser realizada por empresa especializada na área de auditoria de serviços de TIC. Esta não poderá ter participado da concorrência dos lotes 01, lote 03 e lote 04. Portanto trata-se de uma empresa distinta e que não tenha nenhum vínculo com a contratada dos lotes acima.” (grifou-se)*

14. Julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, aparentemente, socorrem o pleito da representante, quando apontam para a necessidade de a Administração observar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, veja-se:

*“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.” (RMS 23640, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 16/10/2001, DJ 05-12-2003 PP-00038 EMENT VOL-02135-07 PP-01268, grifou-se)*

*“ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO*





APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. 1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa ao referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. 2. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. **Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital.** Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. 3. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, **é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.** 4. Recurso especial não provido." (RESP 1178657, Relator(a): Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, julgado em 21/09/2010, DJe: 08/10/2010, grifou-se)

15. Julgados do Tribunal de Contas da União também reiteram a força do princípio da vinculação ao edital, a saber:

**"REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO"** (Acórdão 4091/2012, Relator(a): Min. AROLDO CEDRAZ, Segunda Câmara, julgado em 12/06/2012, grifou-se)

**"REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital."** (Acórdão 966/2011, Relator(a): Min. MARCOS BEMQUERER, Primeira Câmara, julgado em 12/06/2012, grifou-se)

16. No entanto, diferentemente, s.m.j., dos casos indicados nos julgados acima, a falha de redação do termo de referência em debate não trouxe prejuízo para a Administração, vez que Montreal Informática S.A. não venceu



nenhum dos lotes de serviço que, caso venha a ser efetivamente contratada<sup>5</sup>, terá que auditar.

17. Assim, ante a prevalência do interesse público em face do princípio da vinculação ao edital e o fato de que a segregação de papéis almejada pela Administração foi alcançada, sugere-se considerar improcedente a representação quanto ao descumprimento dos itens 2 e 5.2 do termo de referência do PE nº 16/2014 – SEDF.

18. Quanto à documentação adicional obtida pela jurisdicionada por meio de diligências para averiguação de adequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa Montreal Informática S.A. relativo aos serviços prestados à Defensoria Pública da União, cumpre destacar, inicialmente, as referências ao termo “auditoria” contidas no documento apresentado na data do pregão (fls. 176/192\*\*):

*“a) Serviço do Coordenação de Infraestrutura*

*...*

*Elaboração de relatórios de desempenho, **auditoria e operação dos servidores de aplicação**, bancos de dados, sistemas operacionais, servidores de aplicação, redes SAN, WAN e LAN, bem como dos serviços de backup e restore de dados, com vista a subsidiar na elaboração e revisão de projetos de tecnologia da informação conforme o ITIL - Capacity Management (Gerenciamento de Capacidade) e Problem Management (Gerenciamento de problemas)*

*...*

*d) Serviço do Armazenamento de Dados*

*...*

***Monitoramento de performance e auditoria de falhas;***

*...*

*f) Serviço de Suporte de Infraestrutura nas Unidades da Federação DPU*

*...*

*Fornecer informações solicitadas pela equipe de Segurança da Informação, relacionados a inspeções **e auditorias internas** designadas pela DPGU;*

*...*

*j) Serviço de Administração do Sistema Gerenciador do Banco de dados*

*...*

*Elaborar **auditorias de dados**, consultas as bases de logs de transações, relatórios diversos que não estejam implantados nos aplicações existentes.*

*...*

*7) Gerenciamento de Incidente*

---

<sup>5</sup> Em consulta realizada no SISCOEX em 19/04/2016 verificou-se que não há registro de empenhos nos exercícios de 2015 e 2016 em favor da Montreal Informática S.A por parte da SEDF, indicando a inexistência de contrato firmado entre as partes.





...

*Possui um histórico de auditoria completo e seguro de qualquer atualização do registro de Incidente/Problema/Mudança e atividades de resolução;*

*... ” (grifou-se)*

19. Verifica-se que o atestado originalmente apresentado já fazia menção a atividades técnicas de auditoria de hardware, software e processos de trabalho, sendo capaz de suprir, s.m.j., o requisito estabelecido no item 13.3 do termo de referência, a saber:

*“13.3. LOTE 02 – Auditoria*

*13.3.1. Atestado de Capacidade Técnica comprovando experiência na prestação de serviços de Auditoria de Serviços de TIC envolvendo elaboração de relatórios contendo propostas para melhoria de serviços e procedimentos conforme modelo de referência ITIL e análise, classificação e controle de indicadores relativos aos serviços de TIC.”*

20. No entanto, a jurisdicionada diligenciou para obter mais detalhes sobre os serviços prestados e obteve declaração complementar de capacidade técnica (fl. 10 do e-doc FD274B2F-c), nos seguintes termos:

*“3) Descrição dos Serviços de Auditoria realizados durante o moving de datacenter:*

- Elaboração de cronograma de atividades técnicas envolvendo todas as prestadoras de serviços terceirizadas para o projeto do moving;*
- Relatório de acompanhamento das atividades durante a etapa de execução do moving do datacenter;*
- Relatório técnico baseado nas melhores práticas da Biblioteca ITIL apontando todos os itens pendentes entre as operadoras de serviços;*
- Auditoria, análise, classificação e controle de indicadores do desempenho relativos aos serviços do TIC Contratados para o moving visando a melhoria dos serviços prestados;*
- Auditoria, análise, classificação e apontamento dos indicadores do desempenho relativos ao processo do moving dos serviços de infraestrutura de TI para nuvem privada da EMBRATEL contratada.”*

21. Assim, considerando a faculdade prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações<sup>6</sup>, entende-se que a jurisdicionada procedeu corretamente ao realizar a diligência saneadora da dúvida relativa ao atestado de capacidade técnica, não assistindo razão à representante nesse ponto.

---

<sup>6</sup> “Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

<sup>7</sup> § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”



22. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I tomar conhecimento do Ofício nº 568/16 – GAB/SE (e-doc FD274B2F-c) e da documentação apresentada pela empresa Montreal Informática S.A. (e-doc E873817A-c);
- II considerar improcedente a representação formulada pela Maciel Consultores S/S;
- III autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para fins de arquivamento.

À consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 22 de abril de 2016.

**Flávio José Fonseca de Souza**

Diretor do Núcleo de Fiscalização de  
Tecnologia da Informação